

CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL: DIREITOS À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS SURDOS

Katia Regina Conrad Lourenço dos Santos*

Resumo: A proposta do texto que segue é discutir questões curriculares no que tange a diversidade cultural do sujeito Surdo. O currículo é uma responsabilidade coletiva e sua primordial finalidade é a construção de uma sociedade democrática e solidária. Entretanto, não há como pensar o currículo sem os seus sujeitos. Acreditamos num currículo bilíngue e bicultural por direito dos sujeitos Surdos, mediante sua própria participação e atuação ativa em seu processo de formulação e realização prática.

Palavras-chave: Currículo. Diversidade. Direito à diferença. Cultura Surda. Sujeito Surdo.

1 Localizando os estudos em currículo

Para Chizzotti e Ponce (2012), não há como tratar de escola e currículo como objetivos de estudo, sem estabelecer a sua relação com as políticas emanadas do Estado. Se, de um lado, o currículo é o embrião da escola para todos, de outro lado, contraditoriamente, ele: 1) na prática escolar, na sua origem, foi um processo que pressupôs vigilância, controle poder de uns sobre outros; e 2) como área de conhecimento não cultivou, inicialmente estudos acerca da compreensão do papel da escola, preocupando-se apenas em buscar racionalmente formas de atender demandas econômicas imediatas e produzir um pensamento único homogêneo pretensamente neutro.

Do seu caráter utilitarista e eficientista, a área de currículo evoluiu para um pensamento crítico, que o desvendou nessas intencionalidades e o compreendeu em suas possibilidades de busca da igualdade (social, política e humana) e de luta pelo direito à educação e à diversidade cultural (CHIZZOTTI; PONCE, 2012, p. 27).

O objetivo primordial de garantir o acesso à cultura comum é o estreitamento dos laços de solidariedade coletiva e a solidificação da coesão social. Chizzotti e Ponce (2012, p.

* Mestre e Doutoranda em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora Universitária e pesquisadora das temáticas: Libras; Políticas Públicas de Inclusão; Currículo, Conhecimento e Cultura Surda; Educação Bilíngue para Surdos.

28) defendem, então que “O currículo deve atender o interesse de formar uma unidade solidária, partilhando normas e valores comuns, mediante um programa de conhecimentos básicos obrigatórios para todos os cidadãos que devem ter, nessa concepção, igualdade de direitos”.

O currículo, como prática social educativa e pedagógica, é expressão de natureza sócio-política, reconhecido por duas tradições (presentes simultaneamente no sistema de ensino brasileiro): a humanista, de formar cidadãos para o convívio coletivo e a coesão social; e a voltada para a formação de indivíduos ajustados às competições globalizadas do conhecimento e concorrências intra e internacionais das instituições educativas (CHIZZOTTI; PONCE, 2012).

Conforme Sacristán (2013) currículo significa, em sua origem, território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centros de educação deveriam cobrir. Currículo era, então,

[...] o *plano de estudos* proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem). De tudo aquilo que sabemos e que, em tese, pode ser ensinado e aprendido, o **currículo a ensinar** é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade (SACRISTÁN, 2013, p. 17).

Contudo, Chizzotti e Ponce (2012) denunciam que, enquanto a educação vem ganhando espaço no debate público e se tornando notícia e preocupação internacional, em contrapartida as vozes de seus sujeitos têm sido desconsideradas, desestimuladas e mesmo caladas. Porém, 'não há como pensar o currículo sem os seus sujeitos'.

Isso porque, de acordo com os mesmos autores, é na prática que o currículo ganha vida. Ele é um instrumento social que supõe a participação de cada um quando visa: a autonomia do indivíduo em comunidade; a preparação para viver e (re) criar a vida com dignidade; e a construção permanente de uma escola que valorize o conhecimento, que seja um espaço de convívio democrático e solidário e que prepare para a inserção na vida social pelo trabalho.

2 Indagações sobre currículo, conhecimento e cultura

Buscando formular novas diretrizes para a Educação Básica, em 2008, o Ministério da Educação publicou algumas indagações sobre currículo, levantando prévias concepções e

discussões. Nestes textos, discute-se currículo como uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. Nestes textos,

[...] há uma abordagem sobre o currículo e os sujeitos da ação educativa: os educandos e os educadores, ressaltando a importância do trabalho coletivo dos profissionais da Educação para a construção de parâmetros de sua ação profissional. Os educandos são situados como sujeitos de direito ao conhecimento e ao conhecimento dos mundos do trabalho (BRASIL, 2008b, p. 10).

Entende-se ainda “[...] a construção do conhecimento escolar como característica da escola democrática que reconhece a multiculturalidade e a diversidade como elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2008b, p. 11). Educadores e educandos se veem e são reconhecidos como sujeitos de direitos.

Direito à educação, conforme estes textos, é direito à formação e ao desenvolvimento humano, como humanização, como processo de apropriação das criações, saberes, conhecimentos, sistemas de símbolos, ciências, artes, memória, identidades, valores, culturas... resultantes do desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos. E o direito ao conhecimento como o eixo estruturante do currículo e da docência.

Nestes textos defende-se que educadores e educandos levam às escolas diversidades: sócio-étnico-racial, gênero, regionalismo, geração etc. O desafio está em ter a diversidade enquanto dado positivo, liberta de olhares preconceituosos e superar práticas classificatórias; esta é a indagação nuclear dos currículos. Isso porque reconhecer e respeitar a diversidade é questionar concepções generalistas de conhecimento, de cultura, de saberes e valores, de processos de formação, socialização e aprendizagens.

[...] podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menos ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir (BRASIL, 2008a, p. 18).

É inegável a pluralidade cultural do mundo em que vivemos e que se manifesta em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas e nas salas de aula. Essa pluralidade frequentemente acarreta confrontos e conflitos, como também propicia enriquecimento e renovação das possibilidades de atuação pedagógica (BRASIL, 2008a).

A escola precisa preparar-se para bem socializar os conhecimentos escolares e facilitar o acesso desses/as estudantes a outros saberes. Mas no processo de construção do conhecimento escolar – baseado no que se entende por relevante e significativo – sofre, inegavelmente, efeitos de relações de poder.

O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados. O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão (Moreira e Silva, 1994 *apud* BRASIL, 2008a, p. 28).

Sacristán (2013) afirma que, em essência, importância do currículo à escolaridade está no fato de que ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições de educação dizem que irão desenvolver com os alunos (e para eles) aquilo que consideram adequado. Por meio desse projeto institucional, inevitavelmente são anunciadas forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de determinados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos, etc.

A cultura inserida nos conteúdos do currículo é uma construção cultural especial, ‘curricularizada’, pois é selecionada, ordenada, empacotada, lecionada e comprovada de acordo com moldes *sui generis*. Os usos escolares delimitam o significado do que chega a converterem em uma cultura específica: *o conhecimento escolar* (SACRISTÁN, 2013, p. 22).

Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo. O currículo deve reescrever o conhecimento escolar usual, tendo-se em mente as diferentes raízes étnicas e os diferentes pontos de vista envolvidos em sua produção.

Trata-se de desafiar a ótica do dominante e de promover o atrito de diferentes abordagens, diferentes obras literárias, diferentes interpretações de eventos históricos, para que se favoreça ao(a) aluno(a) entender como o conhecimento socialmente valorizado tem sido escrito de uma dada forma e como pode, então, ser reescrito (BRASIL, 2008a, p. 34).

Tendemos a uma visão massificadora e estereotipada de nossos/as educandos/as, na qual a identidade cultural é vista como algo que nos é dado pronto e que assim perdura ao longo de toda nossa vida. Trazer à tona essa realidade é fundamental para desenvolver nova

visão de mundo: mais dinâmica, contextualizada e plural de identidades culturais, articulando-se as dimensões pessoal e coletiva desses processos.

Do ponto de vista cultural, a diversidade é a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, pois “são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder” (BRASIL, 2008c, p. 17).

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrarmos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais (BRASIL, 2008c, p. 41).

Mediante o exposto, Brasil (2008c) endossa a discussão defendendo que o direito à educação será realmente pleno na medida em que o direito à diferença também seja assegurado aos sujeitos que participam desse processo.

3 Os sujeitos surdos e a construção de um currículo bilíngue e bicultural

Segundo Perlin (2005), o caso do Surdo dentro da cultura ouvinte (não surda) é um caso onde a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original. Porém, o Surdo tem diferença e não deficiência, diferença e diversidade. Essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural.

Com afirmado anteriormente, a construção das diferenças ultrapassa as características biológicas. Assim, a surdez é entendida aqui, como uma temática *epistemológica* e não *audiológica*. A educação de Surdos parte das concepções deste sujeito com olhar a partir dos estudos culturais, considerando-o sujeito político e cultural. Lopes (2005) assevera que a representação do Surdo como um doente dificulta a organização política desses para reivindicar seus direitos como sujeitos na escola, na mídia e nos lugares públicos. Para Freire e Shor (1986), ser sujeito é ser capaz de refletir sobre sua prática, tomar consciência das teorias de educação que fundamentam essa prática e transformar a própria prática. O sujeito é criador e autônomo, garante seu vivido, é sujeito completo.

Assim, os movimentos político-sociais buscam um currículo calcado na cultura surda, em que as políticas públicas centralizam e permitem que Surdos estudem juntos, todos/as

numa mesma escola. Nessa Escola Bilíngue, embora exista a surdez como fator aglutinante, este não deve ser o único considerado. Em uma turma de crianças Surdas jamais encontraremos sujeitos iguais por serem Surdos. Eles possuem história, meio familiar, sexo, etnia, religião, língua, situação econômica, identidades etc. diferentes.

O resgate da diferença caracteriza os grupos de Surdos politicamente engajados que acreditam que o processo de diferenciação constitui a base de produção das particularidades de uma cultura (LOURENÇO, 2013). Lourenço ainda defende que a comunidade surda vem, desde 2011, lutando e se manifestando por mais participação política.

Cerca de quatro mil pessoas estiveram em Brasília nos dias 19 e 20 de maio para pedir mais participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas educacionais para surdos. O grande ato político e cultural, além de representar uma marca histórica nas lutas dos surdos, pode ser considerado um divisor de águas. Chamou a atenção das autoridades para a força de um povo, que quer ser visto na sua diferença cultural e não na perspectiva da deficiência (GARCÊZ, 2011 *apud* LOURENÇO, 2013, p. 37).

Lourenço (2013) justifica essa grande luta e legitimação da mesma enquanto movimento político-social o fato de que ter legislação não significa necessariamente estar incluído! Na história da educação brasileira ocorreram diversos tipos de inclusão, que apresentaram o esforço pela educação como direito de todos, sem exceção. Mas os Surdos têm sua especificidade e eles têm o que reivindicar dessa história e dessa legislação inclusiva, como mostrou os Movimentos citados.

A partir desses movimentos, diversas propostas foram levantadas, organizadas e entregues em Ato Público a presidente e outros direcionados diretamente aos dirigentes na elaboração (na época ainda projeto) do Plano Nacional de Educação (PNE). Documentos como: Proposta para a Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos; Carta-denúncia dos Surdos doutores do Brasil; Propostas de ementa ao PNE entre vários outros; objetivando a qualidade da educação dos Surdos brasileiros afim de seu desenvolvimento enquanto cidadãos autônomos e protagonistas de sua própria história de vida.

Isso porque, em sua pesquisa, Lourenço (2013) constatou que os Surdos que vivem o projeto atual de inclusão, são dependentes e coadjuvantes em suas próprias histórias, suas próprias vidas. A descentralização inclusiva faz, de cada Surdo, um sujeito isolado, abandonado; vivendo por anos e anos na solidão dentro da escola. Concluiu, assim, que as Políticas Públicas de inclusão educacional não possibilitam, na forma que está, uma efetiva inclusão social dos Surdos.

No momento que isso é constatado, podemos influir que os Surdos não desfrutam do mesmo direito, a medida que são obrigados a atuar o mesmo currículo escolar. Um mesmo currículo para todos, o defendido pelo projeto de inclusão de Surdos, não respeita o que, conforme Lourenço (2013) nem mesmo a constituição e decretos federais já asseguraram aos mesmos: o direito 'à diferença'.

Contraditoriamente ao que se esperava, as políticas de inclusão, na prática educativa, não geram igualdade, pelo contrário, ferem, isolam, amordaçam mãos que ainda têm muito a dizer. Parece contraditório lutar pela diferença, mas pelo que afirmou Santos (1999), devemos lutar pela *igualdade* sempre que a diferença nos inferioriza, e devemos lutar pela *diferença*, sempre que a igualdade nos descaracteriza! Assim, este artigo não conclui a discussão, não fecha porta alguma, mas abre-as para que novos debates e indagações sejam sempre levantadas como um Postulado Surdo.

Referências

BRASIL. **Indagações sobre currículo:** currículo, conhecimento e cultura. [Antônio Flávio Barbosa Moreira; Vera Maria Candau]; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008a.

_____. **Indagações sobre currículo:** educandos e educadores: seus direitos e o currículo. [Miguel Gonzáles Arroyo]; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008b.

_____. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. [Nilma Lino Gomes]; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008c.

CHIZZOTTI, A.; PONCE, B. J. O currículo e os Sistemas de Ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**. v. 12, n. 3, p. 25 - 36, set./dez.2012.

GARCÊZ, R. L. Nada sobre nós sem nós. **Revista da FENEIS**. n.44. Jun/Ago.2011.

LOURENÇO, K.R.C. Currículo, Cultura e as Relações de Poder sobre a Minoria Surda. III Encontro Mineiro sobre Investigação na Escola. 2012. Ituiutaba/MG. **Anais de Congresso**. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

_____. K. R. C. **Políticas Públicas de Inclusão:** O Surdo no Sistema de Educação Básica Regular do Estado de São Paulo. Dissertação (mestrado em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP: São Paulo, 2013.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: Skliar, Carlos (Org.). **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.